

Sant'Anna quer levar decisão ao pacto

BRASÍLIA — O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), sugeriu ontem ao presidente José Sarney que o fórum de formulação do pacto social — uma tentativa de entendimento entre governo, empresários e trabalhadores para conter a inflação — se transforme na última instância para negociação do pagamento da dívida externa de estados e municípios, previsto no Orçamento Geral da União. Como a redução desses pagamentos coloca em risco a meta do déficit público para 1989, firmada no pacto social, Sant'Anna acha que o governo deve dividir sua responsabilidade sobre qualquer acordo estabelecido com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional e com os governadores.

“Não há nada mais fundamental para o governo, hoje, do que o pacto social”, disse o parlamentar, revelando o temor do Executivo de que os empresários se afastem do pacto, em consequência de

uma decisão que perdoe parte do pagamento dos débitos dos estados. Na sexta-feira o presidente da Fiesp, Mário Amato, falou desta possibilidade em telegramas enviados a todos os parlamentares membros da Comissão de Orçamento, onde apela para a participação do Legislativo na sustentação dos objetivos do pacto.

Carlos Sant'Anna acha que, uma vez rejeitada a proposta do governo de que os devedores paguem Cz\$ 402 bilhões em 1989, os técnicos do Executivo devem estudar a contra proposta da Comissão de Orçamento — Cz\$ 234 bilhões — e encaminhar suas conclusões às lideranças do pacto social, que decidirão sobre a aceitação ou rejeição da proposta. Caso prevaleça a rejeição, o deputado quer que o governo sustente a posição, “a não ser que os governadores e a Comissão consigam convencer os membros do pacto a alterarem suas metas”.

A pedidos — Ele ironizou a

resistência dos governadores à proposta para que paguem Cz\$ 402 bilhões, lembrando que esta cifra resulta do atendimento do pedido do governador paulista Orestes Quécia, “que sempre advogou que gostaria de receber da União o mesmo tratamento que é dado a ela pelos seus credores diretos. O governo então, atendeu o pedido”, disse Sant'Anna.

O deputado confirmou que o governo está disposto a negar o aval da União para os pedidos de financiamento feitos recentemente pelos estados ao Banco Mundial (Bird) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São US\$ 1,2 bilhão em contratos com o Bird e US\$ 664 milhões com o BID, quase todos firmados pelos governos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A exceção é de apenas um pequeno financiamento ao Ceará (US\$ 80 milhões) e à Companhia de Saneamento do Distrito Federal (US\$ 104 milhões).